

Quarta-feira, 20 de Junho de 2007 - Estrasburgo

Para um tratado sobre o comércio de armas (debate)

Ana Maria Gomes, em nome do Grupo PSE . - Estes últimos anos não têm dado muitas razões de regozijo aos defensores do controlo de armamento e desarmamento ancorados em instrumentos legais multilaterais. A decisão da Assembleia-Geral da ONU, em Dezembro passado, de abrir oficialmente o processo de elaboração de um tratado global sobre o comércio de armas (ATT), é de facto uma rara ocasião para festejar.

Sem nos surpreender, entristece o voto solitário dos Estados Unidos da América contra a resolução que deu vida a este processo. Neste tratado não se trata apenas de encontrar um denominador jurídico comum para a importação, exportação e transferência de armas, de dar uma resposta global a um comércio completamente globalizado e de criar critérios uniformes que submetam o comércio de armas aos imperativos dos direitos humanos, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável.

Trata-se também de mobilizar a opinião pública nos países desenvolvidos contra a opacidade que define os milionários contratos legais de vendas de armas a países aliados. A decisão escandalosa do Governo do Reino Unido de pôr fim à mais recente investigação sobre a venda de armas desse país à Arábia Saudita, e a corrupção ao mais alto nível que a acompanhou, é um exemplo paradigmático da natureza *sui generis* deste comércio.

Só nesta área um governo europeu se atreve a travar uma investigação séria em nome do interesse nacional. É por causa do tratamento especial que o comércio de armas tem merecido da parte de governos em todo o mundo que é necessário um tratado especialmente desenhado para o controlar. A União Europeia pode e deve liderar esforços nesta área, pugnando por que as lições tiradas da interpretação e da aplicação do seu código de conduta, em particular no que diz respeito aos critérios de desenvolvimento sustentável e de direitos humanos, sejam aplicadas no novo tratado, porque estes são dois aspectos particularmente ligados, como sublinhou a Sra. Comissária Ferrero-Waldner.

Nesse sentido, são bem-vindas as conclusões do último Conselho "Assuntos Gerais" que sublinham a importância de aliar esforços com outros Estados e organizações regionais para a elaboração de um novo tratado. Agora, só falta a União Europeia transformar esta boa vontade numa estratégia diplomática em relação ao ATT, devidamente ancorada numa posição comum do Conselho. Enquanto a razão e os escrúpulos não voltarem a honrar a Casa Branca com a sua presença, a liderança europeia neste domínio é particularmente urgente.